

TSIAMPOKALOS, Theofanis, *Plutarch and Rhetoric: The Relationship of Rhetoric to Ethics, Politics and Education in the First and Second Centuries AD*, Leuven, Leuven University Press, 2024. pp. 247 ISBN 978 94 6270 419 0

Tendo em conta o título e a introdução, o livro de T. Tsiampokalos tem o objetivo ambicioso de interpretar a relação entre retórica, ética, política e educação nos séculos I e II, com base na obra de Plutarco. Nesse sentido, começa por fazer uma síntese dos primórdios da retórica na Antiguidade Clássica e dos vários sentidos que a retórica foi adquirindo ao longo dos séculos. Nesta descrição diacrónica, consideramos que poderia o texto ser mais claro sobre o distinto posicionamento de Platão, Aristóteles e Quintiliano quanto à relação entre retórica e ética. No extenso capítulo introdutório (pp. 15-65), maior do que qualquer um dos outros capítulos, o A. refere que, muitas vezes, confundiu-se a crítica de Plutarco aos Sofistas com uma posição que ele teria contra a retórica, tema que voltará a abordar no capítulo final. Quanto ao tópico das conceções filosóficas, salienta que o Queronense foi influenciado por várias tradições, nomeadamente pelo estoicismo e pelo platonismo. Embora a atitude dos seguidores de Platão tenha sido, em muitos momentos, hostil em relação à retórica, isso não encontra eco em Plutarco (p. 28), como comprova o tratado *Praec. ger. reip.* (801C-D) ao considerar a capacidade de comunicação do político uma qualidade indispensável, advogando a combinação da retórica com a filosofia. Além disso, o A. estabelece uma conexão entre a atividade de ensino de Plutarco e a escrita de tema diversificados, mas sem analisar exemplos concretos dessa relação. Pela introdução, percebe-se que este livro tem como objetivo situar Plutarco na tradição retórica e como, nos tratados morais e biografias, conseguiu combinar isso com os seus preceitos filosóficos, um tema que mereceu reflexão em vários estudos, por exemplo, Ziegler (1951), Jones (1971) ou Hirzel (1985). Faz-se ainda referência a marcas narrativas que revelam o domínio que tinha da técnica retórica: proémios, *chreiai*, comparações antitéticas, ritmo da prosa, estrutura dos períodos ou léxico.

Aconselha-se a ler a obra de Plutarco não apenas como um repositório de múltiplas informações, mas a desenvolver uma hermenêutica do texto e a valorizar o método, as ideias e a estética narrativa (p. 37). Para se compreender melhor o binómio retórica-filosofia, o A. descreve o contexto cultural da época, em que as escolas de retórica conseguiam atrair mais estudantes do que as de filosofia, embora fossem encorajados a ter uma boa formação filosófica. Já o inverso, não se verificaria, uma vez que os professores de filosofia avisavam os estudantes do perigo da retórica e dos discursos adutores ou enganadores. Para o A., apesar de Plutarco estar bastante comprometido com a tradição filosófica, não menospreza o papel da retórica. Coloca-se, assim, uma hipótese de interpretação: a atitude moderada de Plutarco em relação à retórica não corresponde à sua posição pessoal, mas à vontade de equilibrar na relação com a audiência a sua visão de filósofo e a perspectiva pessoal sobre a retórica. Esta interessante hipótese poderia ter merecido um maior aprofundamento neste estudo, com recurso à obra de Plutarco.

Já na parte final da introdução, desenvolve alguns aspetos relacionados com a transmissão textual, baseando-se no tratado *Praec. ger. reip.*, um texto híbrido, com tom otimista sobre o valor da *politeia*, que recorre a uma dialética exortativa entre a filosofia e a retórica. De forma mais sucinta, analisa também os tratados *De aud.*, *De prof. in virt.*, *De se ipsum laud.* e *De soll. an.* Sem se deter nas *Vidas Paralelas*, reconhece que, além de retratos históricos, apresentam reflexões filosóficas, integrando, por isso, o programa moral, ético e filosófico de Plutarco. Termina o capítulo introdutório com a apresentação da metodologia de análise e a sequência analítica. Talvez, no nosso entender, fizesse mais sentido essa explicação surgir no início e não numa fase tão adiantada (pp. 63-65), que corta um pouco o ritmo de leitura.

O Capítulo “Teaching and Persuasion” (pp. 67-97) inicia com considerações gerais sobre o processo educativo e a persuasão, dedicado, sobretudo, a definir o conceito de *parrhesia*, enquanto conciliação entre o pensamento e a expressão concreta, ajustando-se o *logos* à audiência. O aspeto que o A. mais enfatiza é o facto de o ensino filosófico na Antiguidade procurar obter a *eudaimonia*, por meio da valorização da virtude. Como recorda o A., Plutarco aponta virtudes sociais, como a amizade e a justiça, uma vez que a sua utilidade depende da interação com outros (cf. 423D). A dimensão da audiência pode, no entanto, determinar as técnicas de persuasão. Ainda em relação à *eudaimonia*, é a lei a que qualquer filósofo deve obedecer. Por isso, da mesma maneira que o médico trata do corpo, a filosofia trata da

alma. Para Plutarco, o processo de persuasão deve contemplar o controlo da irracionalidade, na linha da tradição platónica. Depois de várias considerações sobre a retórica de Górgias, o A. volta a Plutarco para dar três exemplos de biografias em que, simultaneamente, se persuade e ensina: Fócion, Catão de Útica e Péricles, sem justificar a escolha destas biografias. Além disso, ainda aborda o tema no tratado *De Alex. mag. fort.*, nomeadamente como Alexandre concilia a figura de filósofo e retor. Por fim, discute a relação complexa entre *parrhesia* e confiança que se transmite ou se ganha junto da audiência, e como em Plutarco a *parrhesia* se torna paradoxal: é necessária para a persuasão, mas também pode ser um obstáculo. Coloca-se, assim, uma questão ética no uso da *parrhesia*. Esse é, precisamente, o tema do tratado *De adul. am.* Também o tratado *Praec. ger. reip.* é analisado porque permite verificar a relação entre a *parrhesia* e a política. Conclui-se, neste capítulo, que o método de persuasão de Plutarco segue, em larga medida, a tradição platónica.

No capítulo seguinte, “Character and Speech” (pp. 99-133), questiona-se o papel do *ethos* no processo persuasivo. Vários estudiosos, como Aalders (1982), defendem a valorização do *ethos* em Plutarco. Algumas vezes o *ethos* opõe-se ao *logos* e, em outras, faz parte dele. Assim, uma das questões que este capítulo coloca é a dimensão (a)moral do discurso e o seu efeito persuasivo. Talvez por causa do tema, quase não se remete para a obra de Plutarco neste capítulo, salvo na p. 108 para dar o exemplo do tratado *Ad principem ineruditum*, em que se faz a apologia da temperança como qualidade do político, assunto que surgirá também no capítulo final. Neste contexto, dá o exemplo de Políbio e volta, na p. 113, ao tratado *Praec. ger. reip.*, que é o tratado mais vezes citado ao longo da obra. Em conclusão, reforça-se a ideia de que Plutarco entende a política como um exercício ético, procurando transmitir essa mensagem de forma persuasiva. Nesse sentido, o poder deve exercer-se com recurso a ações virtuosas, em especial por meio da temperança, que, segundo o A., é uma pré-condição para o sucesso. Por conseguinte, nesta linha de pensamento, aliar um carácter virtuoso a um bom *logos* constitui a melhor forma de persuadir a audiência.

Quanto ao capítulo “Rhetoric and Beneficence” (pp. 135-166), estabelece o A. uma relação entre a valorização da retórica e da formação filosófica, para que os jovens, sobretudo, se envolvam na política e em atividades de beneficência. Ainda que elogiemos o cuidado do A. em explicar o contexto imperial, ao nível das relações de poder, a verdade é que se desvia bastante da análise do texto plutarquiano, uma vez que só se detém, mais uma vez,

no tratado *Praec. ger. reip.*. Entende o A. que Plutarco identifica duas formas de impor o poder: uma que se baseia nas ações filantrópicas e outra com recurso ao *ethos* e ao discurso político. Constata-se que, de entre as formas de manipulação, a retórica é a mais eficaz e a melhor numa perspetiva moral. Note-se que o A. repete a ideia de que, no período em análise, a virtude é essencial para quem exerce cargos políticos, acrescentando que a temperança é a virtude mais importante pelo facto de garantir o sucesso político.

No último capítulo, “The Philosopher and the Sophists” (pp. 167-189), procura-se distinguir os conceitos de filósofo e sofista na tradição antiga. Embora o A. defenda que Plutarco não menospreza os sofistas por causa do uso que fazem da retórica, deveria explicar a sua posição com recurso aos tratados morais. Pela forma como distingue filósofo de sofista, parece que Plutarco segue a tradição platónica, pois o sofista está mais preocupado com a forma e o prazer do *logos*, enquanto o filósofo procura que o conhecimento seja útil para si e para os outros.

Apesar de cada um dos capítulos terminar com uma conclusão, o A. apresenta uma conclusão geral que repete as ideias principais que foi sumariando e, por isso, procura enfatizar a relação entre retórica, *ethos*, virtude e política.

Estamos na presença de uma obra bem estruturada, com uma cuidada edição e uma bibliografia diversa e atualizada. Considerando o título e os objetivos definidos na introdução, consideramos que o A. poderia ter-se aproximado mais do texto plutarquiano na análise dos vários temas e, além disso, relacionar Plutarco com outros autores gregos e latinos dos séculos I e II. Isso permitir-lhe-ia desenvolver, com mais profundidade, as principais estratégias retóricas e confrontar a sua leitura com um número muito significativo de estudos que fazem uma abordagem retórica da obra de Plutarco. Sobretudo a perspetiva de análise das biografias de Fócion, Catão de Útica e Péricles poderá ajudar o leitor a redefinir a interpretação de outras biografias de Plutarco.

**JOAQUIM PINHEIRO**

Universidade da Madeira

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

pinus@uma.pt

orcid.org/0000-0002-5425-9865